

Senado freia projeto aprovado na Câmara que blindia políticos

NOVA BARREIRA

Pacheco trava projeto da Câmara que blindia políticos, em mais uma divergência com Lira

LAURIBERTO POMPEU, RENAN MONTEIRO e MARLEN COUETO

Em mais uma lance da disputa velada entre Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o Senado deve engavetar o projeto que torna crime a discriminação de políticos e fragiliza controles das instituições financeiras...

O texto avançou na Câmara por 252 votos a 163, turbinado pela grande adesão do PT e de siglas do Centrão —na ponta oposta, PSOL, PCdoB e deputados alinhados ao bolsonarismo tentaram barrar a iniciativa...

— Não sabia sequer da existência desse projeto, mas, obviamente, aprovado na Câmara e chegando ao Senado, nós vamos conhecer o texto e identificar por quais comissões ele deve passar — disse Pacheco, após reunião com líderes partidários.

No caso do marco temporal, aprovado na Câmara em regime de urgência, com amplo apoio dos deputados, Pacheco também indicou uma longa caminhada —ontem, voltou ao tema e disse que não haverá "açodamento".

O ritmo com o qual o Senado encara pautas vistas como prioritárias pela Câmara gera irritação entre aliados de Lira, e o próprio presidente da Câmara já manifestou incômodo. No episódio das mudanças no Imposto de Renda, aprovadas em setembro de 2011, o deputado do PP reclamou que houve "quebra de acordo" na trava imposta por Pacheco...

"OUTRO COMPORTAMENTO" Ontem, com a nova iniciativa endossada pelos deputados, aliados do presidente do Senado subiram a graduação das críticas. O senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), vice-presidente da Casa, disse que o texto é "péssimo e não vai para a frente".

— Não tem sentido discutir uma matéria tão controversa da maneira que a Câmara se dispôs a fazê-lo. O comportamento do Senado é outro, muito mais comedido. Um tema dessa natureza pode até ser debatido, mas não ganhará da gente esse açodamento. Segundo aliados de Pacheco...



Xadrez. Rodrigo Pacheco e Arthur Lira conversam em sessão: presidente do Senado impôs ritmo mais lento a uma série de projetos aprovados pela Câmara, o que gera incômodo entre deputados

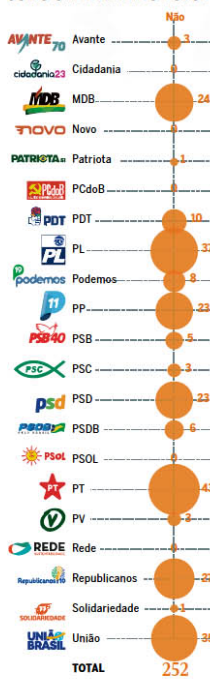
co, o projeto não é pertinente e o assunto deveria ser tratado de outra forma. Ele demonstrou estar mais aberto a discutir uma proposta sobre assédio ideológico, que não é focada em políticos com mandatos e cargos, e puniria quem praticasse constrangimentos públicos. Uma iniciativa do tipo chegou a ser apresentada pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfé Rodrigues (Rede-AP), no ano passado, mas foi retirada por ele. A ideia, no entanto, pode ser reapresentada para discutir o tema, em vez do texto aprovado pela Câmara.

O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), também seguiu a tônica e afirmou que o texto está "fora do radar". O líder do PL, Carlos Portinho, afirmou que não é o momento de analisar o texto, enquanto o senador bolsonarista Jorge Seif (PL-SC) defendeu a rejeição da proposta.

O projeto estabelece como crime "negar a celebração ou a manutenção de contrato de abertura de conta corrente, concessão de crédito ou de outro serviço, a qualquer pessoa física ou jurídica, regulamentemente inscrita na Receita Federal do Brasil", em razão da condição de pessoa politicamente exposta ou de pessoa que esteja respondendo a investigação ou processo sem trânsito em julgado. A pena prevista é de dois a quatro anos de prisão, e multa. Pessoas politicamente expostas são políticos, juizes e outros detentores de altos cargos nos três Poderes.

Como revelou a colunista Malu Gaspar, do GLOBO, o texto, de autoria da deputada Dani Cunha (União-RJ), filha do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, abre brechas para a proteção até mesmo de

COMO CADA PARTIDO VOTOU



Outras propostas paradas no Senado

Marco temporal: Aprovado com folga na Câmara, o projeto que estabelece que povos indígenas têm direito apenas às terras que já ocupavam ou disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição, teve o apoio de Arthur Lira, presidente da Câmara, que pautou a votação do requerimento de urgência para acelerar a tramitação da matéria. No Senado, Rodrigo Pacheco adiantou que a proposta avançará de forma mais lenta, passando por comissões antes de ir a plenário.

Legalização do jogo

Estacionado no Senado há mais de um ano, o projeto de lei que prevê a legalização dos jogos, como bingo, cassinos e jogo do bicho, foi aprovado na Câmara em votação apertada (246 a 202), após muita articulação de Arthur Lira. Um dos entusiastas da proposta, o presidente da Câmara negociou a votação da urgência da proposta, sobretudo com evangélicos, contrários aos PL, para que ela fosse levada direto a plenário. Na Casa vizinha, o projeto foi travado.

Reforma do Imposto de Renda

A reforma do IR, aprovada pela Câmara em 2021, era uma das prioridades do governo Bolsonaro, do qual Lira foi fador. O acordo para que a proposta passasse pela Casa foi costurado pelo próprio parlamentar. Quando chegou ao Senado, Pacheco avaliou que a matéria deveria tramitar junto com a reforma tributária. O deputado cobrou posicionamento do Senado; Pacheco retrucou, afirmando que também aguardava projetos aprovados serem analisados pelos deputados.

de dinheiro, o banco não vai poder negar acesso ao serviço financeiro. Isso diminui a capacidade das instituições financeiras em reduzir riscos de operações.

REDAÇÃO SINUOSA

Professor da Faculdade de Direito da USP, Eduardo Saad-Diniz também aponta que há dificuldade de interpretação a partir da redação que se deu ao tipo penal no projeto. Ele ressalta ainda que as instituições adotam práticas de governança e compliance, independentemente de uma eventual lei, e que ser pessoa exposta politicamente é apenas um indicativo de reforço de controles.

— Ninguém sofre restrições de direitos pelas suas condições pessoais, mas sim por eventualmente haver deixado de cumprir determinada diligência ou esclarecer sobre operações suspeitas. Por ainda, é difícil interpretar o que significa a conduta "negar" (acesso a contas e crédito). Você negou ou só pediu diligências de integridade e foram requisitados esclarecimentos? — analisa.

Deputados favoráveis ao projeto enfatizaram em discursos no plenário durante a votação a necessidade de rever restrições que afetam filhos e cônjuges de políticos.

— Hoje, ser parente até segundo grau de político ensina uma série de fatores que prejudicam a normalidade da vida do cidadão — afirmou Cláudio Cajado (PP-BA).

Em nota, Dani Cunha afirmou ser "falsa a narrativa sobre qualquer alteração em qualquer política de combate a corrupção ou de lavagem de dinheiro". (Colaboraram Julia Noia e Luã Marinatto)

Editoria de Arte

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4